Implicações jurídicas e administrativas do exercício ilegal da odontologia: uma revisão crítica sobre a efetividade das sanções

Autor(res)

Gabriela Carreiro De Souza
Saulo Felipe Barros De Souza
Cristal Milhomen Loureiro Dos Santos
Tássio Luiz Da Silva Freitas

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FAMA MACAPÁ

Resumo

O exercício ilegal da odontologia é uma prática que compromete a segurança dos pacientes e a imagem dos profissionais habilitados, gerando riscos à saúde pública. Profissionais não qualificados ou não autorizados, ao realizar procedimentos odontológicos, podem causar danos físicos e psicológicos. No Brasil, essa prática é crime tipificado pelo Código Penal, e o combate a essa atividade envolve sanções penais e administrativas, além de fiscalização pelos Conselhos Regionais de Odontologia (CROs) e pelo Conselho Federal de Odontologia (CFO). Contudo, a eficácia dessas sanções ainda enfrenta desafios. Este estudo busca analisar as sanções penais e administrativas relacionadas ao exercício ilegal da odontologia no Brasil, avaliando sua eficácia na prevenção dessa prática. Também investiga a atuação dos CROs e do CFO na fiscalização, além de identificar lacunas na aplicação das punições. O estudo adota uma revisão narrativa exploratória com base na análise documental de normas jurídicas, como o Código Penal Brasileiro e o Código de Ética Odontológica. Foram consultadas revisões científicas, materiais jornalísticos e informações disponibilizadas nos sites dos Conselhos de Odontologia, além de processos judiciais. A pesquisa de artigos foi ampliada através das bases de dados bases de dados Scielo e Lilacs. Observou-se que as sanções previstas, como reclusão e multa, aparentemente mostram-se insuficientes para impedir a reincidência da prática ilegal. A fiscalização pelos Conselhos de Odontologia enfrenta dificuldades, sobretudo pelo baixo efetivo e pelo limitado alcance geográfico. Em regiões periféricas, a população, sem acesso a serviços odontológicos regulares, opta por tratamentos em condições irregulares, o que agrava o problema. Para combater o exercício ilegal da odontologia, é fundamental aplicar as sanções penais e administrativas de forma mais rigorosa, associadas a campanhas educativas e preventivas que conscientizem a população sobre os riscos envolvidos.